

Sumário

Capítulo 1 – DIREITO DAS FAMÍLIAS	1
1.1 O que é Direito de Família? Direito público ou privado?.....	1
1.2 Breve histórico da família e revisitando conceitos.....	3
1.3 Origem e estruturação da família	5
1.4 A promiscuidade e a formação das famílias.....	6
1.5 O incesto é a base de todas as proibições – A primeira lei é uma lei de Direito de Família; o <i>Totem e Tabu</i> em Freud.....	7
1.6 O direito e desejo; ética e moral, uma distinção necessária	9
1.7 As fontes do Direito das Famílias	11
1.8 A família nas Constituições brasileiras	13
1.9 O conceito de família e sua organização jurídica – a família como estruturação psíquica.....	16
1.10 As entidades familiares parentais e conjugais	18
1.10.1 Família democrática.....	18
1.10.2 Família eudemonista.....	19
1.10.3 Família patriarcal.....	19
1.10.4 Família conjugal.....	19
1.10.5 Família parental.....	20
1.10.6 Família monoparental.....	20
1.10.7 Família anaparental.....	21
1.10.8 Família unipessoal.....	21
1.10.9 Família multiparental.....	22
1.10.10 Família substituta	24
1.10.11 Família extensa	24
1.10.12 Família ectogenética.....	25
1.10.13 Família socioafetiva.....	25
1.10.14 Famílias mútuas.....	26
1.10.15 Família coparental	26
1.10.16 Família nuclear.....	27
1.10.17 Família binuclear	27
1.10.18 Família natural	27
1.10.19 Família informal	27
1.10.20 Família matrimonial	27
1.10.21 Família avuncular	28
1.10.22 Família mosaico.....	28
1.10.23 Família recomposta ou reconstituída.....	29
1.10.24 Família fissional	29
1.10.25 Família homoafetiva.....	30
1.10.26 Família homoparental.....	31
1.10.27 Família simultânea ou paralela.....	31

1.10.28	Família poliafetiva	34
1.10.29	Família multiespécie	35
1.11	Direito de família e suas conexões com outros ramos do Direito	36
1.11.1	O Direito de Família e o Direito das Sucessões	36
1.11.2	O Direito de Família e o Direito Constitucional	37
1.11.3	O Direito de Família e o Direito Penal	38
1.11.4	O Direito de Família e o Direito Empresarial	40
1.11.5	O Direito de Família e o Direito Tributário	42
1.11.6	O Direito de Família e o Direito Contratual/Obrigacional	43
1.11.7	O Direito de Família e o Direito Previdenciário	45
1.12	Institutos do Direito Civil na perspectiva do Direito de Família	46
1.12.1	Responsabilidade civil no Direito das Famílias	46
1.12.2	Perda de uma chance	48
1.12.3	<i>Supressio surrectio</i>	50
1.12.4	A boa-fé objetiva	52
1.12.5	Confiança e lealdade	54
1.13	A mediação como técnica de resolução de conflitos	55
1.14	Direito de Família e interdisciplinaridade	57
1.14.1	Direito de Família e Psicanálise	58
1.14.2	Seis conceitos de Psicanálise fundamentais para compreensão do Direito das Famílias	59
1.14.2.1	Inconsciente	59
1.14.2.2	Sexualidade	60
1.14.2.3	Desejo	62
1.14.2.4	Gozo	64
1.14.2.5	Desamparo	65
1.14.2.6	Fetichismo	65
1.14.3	Direito de Família e Arte	67
1.15	Resumo	68
	Filmografia	69
Capítulo 2 – OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA O DIREITO DE FAMÍLIA		71
2.1	Uma principiologia para o Direito de Família	71
2.2	A quebra do dogmatismo e positivismo jurídico e a contribuição da psicanálise	73
2.3	Normas e princípios; Kelsen e colisão de princípios	75
2.3.1	O princípio da dignidade humana	76
2.3.2	O princípio da monogamia	78
2.3.3	O princípio do melhor interesse da criança/adolescente	81
2.3.4	O princípio da igualdade e o respeito às diferenças	83
2.3.5	O princípio da autonomia e da menor intervenção estatal	85
2.3.6	O princípio da pluralidade de formas de família	86
2.3.7	O princípio da afetividade	89
2.3.8	O princípio da solidariedade	91
2.3.9	O princípio da responsabilidade	92
2.3.10	O princípio da paternidade responsável	94
2.4	Resumo	95
	Filmografia	96
Capítulo 3 – CASAMENTO		97
3.1	Breve histórico e conceito	97

3.2	Natureza jurídica.....	99
3.3	Esponsais (noivado).....	101
3.4	Espécies	103
3.4.1	Casamento civil.....	103
3.4.2	Casamento religioso com efeitos civis	103
3.4.3	Casamento por procuração	104
3.4.4	Nuncupativo ou <i>in articulo mortis</i> ou <i>in extremis</i>	104
3.4.5	Casamento putativo	105
3.4.6	Casamento avuncular	105
3.4.7	Casamento homoafetivo.....	106
3.4.8	Casamento consular	107
3.4.9	Casamento de estrangeiros.....	109
3.5	Capacidade para casar	109
3.6	Impedimentos para o casamento, absolutos e relativos	110
3.7	Causas suspensivas: não devem casar	111
3.8	Processo de habilitação; os proclamas e seus elementos ficcionais.....	112
3.9	Celebração.....	114
3.10	Estado civil.....	115
3.11	Posse de estado de casado.....	116
3.12	Eficácia do casamento	116
3.13	Direitos e deveres dos cônjuges – fidelidade, infidelidade e o código particular de cada casal; o fim da discussão da culpa conjugal.....	117
3.13.1	Infidelidade virtual.....	119
3.14	Invalidade do casamento	120
3.14.1	Casamento nulo.....	121
3.14.2	Casamento anulável	121
3.14.2.1	O erro essencial	124
3.14.2.2	Impotência sexual e o débito conjugal	126
3.15	Casamento inexistente.....	127
3.16	Resumo	127
	Filmografia	129
Capítulo 4 – REGIME DE BENS.....		131
4.1	Disposições gerais.....	131
4.2	Regime de bens obrigatório, supletivo e convencional	132
4.3	Pacto antenupcial e pós-nupcial	133
4.3.1	Disposições gerais.....	133
4.3.2	O conteúdo patrimonial e pessoal do pacto: o que pode e o que não pode	135
4.4	Regime da comunhão parcial.....	136
4.4.1	Bens comunicáveis	137
4.4.2	O que são frutos comunicáveis?	138
4.4.3	Bens incomunicáveis.....	139
4.4.4	Previdência privada, FGTS, verbas rescisórias e outros ativos.....	140
4.4.5	Cotas e ações das empresas	142
4.5	Regime da comunhão universal.....	143
4.5.1	Bens incomunicáveis e fideicomisso	143
4.6	Regime da participação final nos aquestos.....	145
4.7	Regime da separação de bens.....	146
4.8	Regime da separação obrigatória e a Súmula 377 do STF.....	146
4.9	A administração dos bens comuns e particulares, e reponsabilidade pelas dívidas	148

4.10	Doação entre cônjuges e a terceiros. Proibições	150
4.11	Mudança de regime de bens	151
4.11.1	Quebra do princípio da imutabilidade	151
4.11.2	Efeito <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> ?	153
4.11.3	Procedimento para alteração do regime de bens	154
4.11.4	Alteração do regime para maiores de 70 anos	155
4.12	Resumo	157
	Filmografia	158
Capítulo 5 – UNIÃO ESTÁVEL		159
5.1	Origem e breve evolução histórica	159
5.2	Conceito e pressupostos para caracterização da união estável	161
5.3	Namoro, namoro qualificado, união estável e casamento: contratos	166
5.4	União estável e o paradoxo da sua regulamentação	172
5.5	União estável ou concubinato; convivente ou companheiro?	176
5.6	A união estável como ato – fato jurídico	177
5.7	Conversão da união estável em casamento	177
5.8	Prazo para se reclamar em juízo: prescrição	180
5.9	As consequências pessoais na união estável	181
5.9.1	Sobrenome, guarda e convivência	182
5.9.2	Existe um estado civil para união estável?	183
5.9.3	Presunção de paternidade	184
5.10	As consequências patrimoniais na união estável	184
5.10.1	Regime de bens na união estável	187
5.10.2	Os negócios jurídicos na união estável e o terceiro de boa-fé	188
5.10.3	Meação e triação	190
5.10.4	Alimentos na união estável	191
5.10.5	União estável e Previdência Social	192
5.10.5.1	Reivindicação de pensão previdenciária – foro competente	195
5.11	União estável homoafetiva e os fantasmas da sexualidade	195
5.12	Concubinato ou famílias simultâneas?	197
5.12.1	União estável putativa	199
5.12.2	Unões estáveis simultâneas e relações extraconjugais. A outra, o outro: a função social dos amantes	200
5.13	União estável e sucessão hereditária – direito real de habitação e usufruto	201
5.14	União estável e processo judicial	203
5.14.1	A dissolução da união estável	205
5.15	A equiparação entre casamento e união estável pelo STF – companheiro(a) é herdeiro necessário?	211
5.16	Teses do STJ a partir de seus julgados	212
5.17	Resumo	215
	Filmografia	216
Capítulo 6 – DIVÓRCIO E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL		219
6.1	Divórcio e dissolução da união estável como ritual de passagem	219
6.2	Breve histórico do divórcio no Brasil e a moral religiosa	221
6.3	Semelhanças, diferenças e inutilidades entre separação judicial e divórcio	224
6.4	Separação judicial/administrativa ainda vigora no Brasil? A Emenda Constitucional nº 66/2010	225
6.4.1	A inconstitucionalidade do CPC/2015 diante da previsão da separação judicial	231

6.5	Separação de fato e seus efeitos jurídicos.....	232
6.6	Dissolução pela morte, sobrenome da viúva e morte presumida.....	234
6.7	Divórcio judicial consensual.....	236
6.8	Divórcio nuncupativo.....	238
6.9	Divórcio <i>post mortem</i>	239
6.10	Divórcio administrativo – Lei 11.441/2007.....	240
6.11	Divórcio judicial litigioso.....	244
6.11.1	O amor acaba, existem culpados? Os restos do amor.....	246
6.12	Os efeitos e aspectos pessoais do divórcio e união estável.....	248
6.12.1	Uso do nome de casado: resgate da identidade ou incorporação do nome do outro à própria personalidade.....	249
6.12.2	Mudança do nome dentro do casamento.....	252
6.13	Os efeitos e aspectos patrimoniais do divórcio e união estável.....	253
6.14	Teses do STJ a partir de seus julgados.....	254
6.15	Resumo.....	257
	Filmografia.....	258
Capítulo 7 – ALIMENTOS.....		259
7.1	Pensão alimentícia.....	259
7.2	Obrigação alimentar e dever de sustento.....	260
7.3	Princípios e características dos alimentos.....	261
7.3.1	Direito personalíssimo.....	261
7.3.2	Irrenunciabilidade dos alimentos.....	262
7.3.3	Intransmissibilidade dos alimentos.....	262
7.3.4	Incedibilidade, impenhorabilidade e incompensabilidade dos alimentos.....	264
7.3.5	Irrepetibilidade dos alimentos.....	265
7.3.6	Alternatividade da prestação alimentar ou pensão de forma mista e os indexadores.....	267
7.3.7	Imprescritibilidade dos alimentos.....	269
7.3.8	Indivisibilidade e obrigação solidária.....	269
7.4	Da condição ou termo dos alimentos: pensão transitória.....	269
7.5	Revisão e exoneração.....	271
7.6	Pensão entre ex-cônjuges.....	272
7.7	Alimentos gravídicos.....	274
7.8	Dispensa e renúncia dos alimentos.....	275
7.9	A indignidade como causa da extinção da obrigação alimentar.....	277
7.10	Aplicação da teoria da <i>Disregard</i> na apuração do <i>quantum</i> alimentar e o CPC.....	282
7.11	Pensão alimentícia compensatória. O conteúdo econômico invisível do trabalho doméstico.....	285
7.11.1	Princípios constitucionais da pensão compensatória: dignidade, solidariedade e responsabilidade.....	287
7.11.2	Princípios, a jurisprudência e a regra da igualdade. O conteúdo econômico do trabalho doméstico.....	289
7.11.3	Alimentos compensatórios e regime de bens.....	290
7.11.4	Natureza jurídica e meios de execução.....	291
7.11.5	Os sujeitos da pensão compensatória.....	292
7.11.6	Termo inicial de vigência e termo final da obrigação compensatória.....	292
7.11.7	Possibilidade de cobrança <i>post mortem</i>	292
7.11.8	No direito comparado.....	292
7.12	Alimentos na guarda compartilhada.....	294

7.13	Alimentos avoengos.....	294
7.14	Alimentos <i>intuitu familiae</i> e <i>intuitu personae</i>	295
7.15	Alimentos em decorrência de ato ilícito	295
7.16	Pensão alimentícia de pessoas residentes em países diferentes	297
7.17	Teses do STJ a partir de seus julgados.....	298
7.18	Resumo.....	308
	Filmografia	308
Capítulo 8 – PARTILHA DE BENS, ALIMENTOS E PROCESSO JUDICIAL.....		309
8.1	Aspectos gerais da partilha de bens.....	309
8.2	A fraude na partilha de bens	311
8.3	Cobrança de frutos do patrimônio conjugal e a apuração de haveres	314
8.4	Partilha de bens digitais	316
8.5	Perda da meação pelo usucapião familiar: reflexos da Lei 12.424/2011	318
8.6	O processo judicial de divórcio e dissolução de união estável.....	319
8.7	Divórcio e dissolução de união estável judicial consensual.....	320
8.8	Divórcio e dissolução de união estável litigioso.....	321
8.8.1	Revelia.....	323
8.8.2	Reconvenção	324
8.8.3	Cumulação de pedidos dentro da ação de divórcio.....	325
8.9	Tutela provisória de urgência e evidência; divórcio por liminar	327
8.10	Os procedimentos de urgência no Direito das Famílias e o CPC/2015.....	330
8.10.1	Separação de corpos.....	332
8.10.2	Sequestro de bens	333
8.10.3	Arrolamento, bloqueio, indisponibilidade e descrição de bens do casal e as ferramentas eletrônicas.....	334
8.10.4	Busca e apreensão	335
8.10.5	Exibição judicial	336
8.10.6	Oferta de alimentos.....	337
8.10.7	Alimentos provisionais ou provisórios?	337
8.11	Execução de Alimentos	339
8.12	Ação de reembolso.....	344
8.13	Ação de prestação de contas de alimentos	345
8.14	Ação de prestação de contas da administração de bens	346
8.15	A flexibilização da prova nos processos de família.....	347
8.16	Resumo.....	348
	Filmografia	348
Capítulo 9 – BEM DE FAMÍLIA		349
9.1	Conceito	349
9.2	O Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo – Bem de moradia	350
9.3	Bem de família legal.....	351
9.3.1	As exceções do bem de família legal.....	352
9.4	Bem de família voluntário ou convencional.....	353
9.4.1	Extinção do bem de família voluntário	354
9.4.2	Bem de família e fraude.....	354
9.5	Teses do STJ a partir de seus julgados.....	355
9.6	Resumo.....	372
	Filmografia	372

Capítulo 10 – PARENTALIDADES	373
10.1 Das relações de parentesco e sua classificação	373
10.1.1 Natural e civil	374
10.1.2 Parentesco em linha reta.....	375
10.1.3 Parentesco em linha colateral	375
10.1.4 Parentesco por afinidade	375
10.1.5 Parentesco decorrente de outras origens.....	376
10.2 Da filiação	376
10.2.1 Breve visão histórica.....	376
10.2.2 Filiação e investigação de parentalidade	377
10.2.3 Investigação de origem genética.....	380
10.2.4 Presunção de paternidade	381
10.2.5 Planejamento familiar	381
10.2.6 Reprodução assistida heteróloga e homóloga.....	383
10.2.7 Gestação compartilhada ou útero de substituição (barriga de aluguel); contrato de geração de filhos.....	384
10.2.8 Filiação socioafetiva e multiparentalidade.....	386
10.2.9 O limite tênue entre pai/mãe socioafetivo e padrasto/madrasta.....	387
10.3 Resumo.....	389
Filmografia	390
Capítulo 11 – DO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE PARENTAL E ABANDONO AFETIVO	391
11.1 Conceito e breve histórico	391
11.2 Perda, suspensão e extinção.....	393
11.3 Emancipação.....	394
11.4 Abandono afetivo dos pais.....	395
11.4.1 Paternidade e maternidade como função e o exercício da autoridade parental ..	397
11.4.2 As normas jurídicas do compromisso do amor paterno/materno-filial	398
11.4.3 Indenização pelo abandono afetivo filial e a tríade indenizatória	400
11.4.4 Monetarizando o afeto?	401
11.4.5 O abandono afetivo nos tribunais: Pai, por que me abandonastes?.....	402
11.5 Abandono material	406
11.6 Resumo.....	407
Filmografia	408
Capítulo 12 – GUARDA E CONVIVÊNCIA	409
12.1 Guarda dos filhos e convivência familiar	409
12.2 Guarda compartilhada ou conjunta.....	412
12.2.1 Guarda compartilhada com residência alternada ou dupla residência.....	415
12.2.2 Guarda compartilhada no Direito comparado	416
12.3 Guarda alternada.....	419
12.4 Guarda nidal	420
12.5 Guarda unilateral	420
12.6 Guarda deferida a terceiros.....	421
12.7 Regulamentação da convivência familiar	422
12.8 Convivência com os avós	423
12.9 Multa pelo descumprimento do dever de convivência	425
12.10 Autorização de viagens de crianças e adolescentes.....	426
12.11 Resumo.....	427
Filmografia	428

Capítulo 13 – ALIENAÇÃO PARENTAL	429
13.1 Conceito. Uma relação sujeito e objeto e o mito de Medeia.....	429
13.2 Abandono afetivo, o outro lado da moeda da alienação parental	432
13.3 Consequências e estágios da alienação parental; uma síndrome?.....	434
13.4 Responsabilidade civil e atos de indignidade.....	436
13.5 Alienação parental de outros sujeitos vulneráveis.....	437
13.6 Autoalienação ou alienação autoinfligida.....	438
13.7 Resumo.....	439
Filmografia	440
Capítulo 14 – DA ADOÇÃO	441
14.1 Breve histórico e conceito	441
14.2 Os vários tipos de adoção	444
14.2.1 Adoção à brasileira	444
14.2.2 Adoção consentida ou <i>intuitu personae</i>	445
14.2.3 Adoção de maiores	447
14.2.4 Adoção do nascituro	448
14.2.5 Adoção de embrião	449
14.2.6 Adoção homoparental	449
14.2.7 Adoção internacional.....	450
14.2.8 Adoção plena.....	451
14.2.9 Adoção por testamento.....	451
14.2.10 Adoção póstuma.....	452
14.2.11 Adoção tardia.....	452
14.2.12 Adoção unilateral	453
14.3 Entrega voluntária.....	454
14.4 Procedimentos para adoção; habilitação	456
14.5 Destituição do poder familiar/autoridade parental	457
14.6 Ação de adoção	458
14.7 Nome afetivo.....	459
14.8 Apadrinhamento	459
14.9 Desadoção.....	460
14.10 Resumo.....	464
Filmografia	466
Capítulo 15 – TUTELA, CURATELA, TOMADA DE DECISÃO APOIADA	467
15.1 Da tutela	467
15.1.1 Introdução – Panorama geral	467
15.1.2 Breve histórico – A tutela no Direito Romano.....	468
15.1.2.1 Tutela dos impúberes no Direito Romano.....	469
15.1.2.2 Tutela das mulheres impúberes e púberes	471
15.1.3 A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	471
15.1.4 A tutela no Código Civil; espécies	472
15.1.5 Nomeação do tutor; quem pode ser tutor?	473
15.1.6 Do exercício da tutela; direitos e obrigações do tutor	473
15.1.7 Cessação da tutela e prestação de contas	474
15.2 Curatela	474
15.2.1 Introdução – Panorama geral	474
15.2.2 A história da loucura em Foucault, Machado de Assis e Teixeira de Freitas; capacidade e deficiência	475

15.2.3	O caso do Juiz Schreber	477
15.2.4	As estruturas da personalidade. Quem é curatelável?	479
15.2.5	Depoimento de uma ex-curatelada	480
15.2.6	Conceito de curatela de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD	481
15.2.7	Quem pode ser curatelado e quem pode requerer a curatela? Interdição?.....	483
15.2.8	Extinção da curatela	484
15.2.9	Curatela do nascituro	484
15.2.10	Curatela compartilhada	485
15.2.11	Curatela mandato	485
15.2.12	Autocuratela	485
15.2.13	Curatela extensiva.....	486
15.2.14	Curatela no Direito Alemão	486
	15.2.14.1 Direito de orientação	487
	15.2.14.2 Curatela complementar	490
15.2.15	O procedimento da curatela; curatela provisória	491
15.3	Tomada de Decisão Apoiada (TDA)	492
15.4	Resumo	493
	Filmografia	494
Capítulo 16 – DIREITO DOS IDOSOS.....		497
16.1	Quem é idoso? Uma ferida narcísica?	497
16.2	Idadismo, etarismo e ageísmo	498
16.3	O Estatuto da Pessoa Idosa – Lei 10.741/2003	499
16.4	Alimentos	499
16.5	Abandono afetivo inverso	500
16.6	Restrições ao direito de casar	501
16.7	Idosos como avós: direito de convivência com seus netos; alienação parental	502
16.8	Tramitação prioritária	503
16.9	Senexão.....	504
16.10	Resumo	505
	Filmografia	505
Capítulo 17 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – MEDIDAS PROTETIVAS E A LEI MARIA DA PENHA.....		507
17.1	A eclosão de conflitos familiares e o potencial de agressividade humana.....	507
17.2	Uma lei só para mulheres? Transgêneros.....	509
17.3	Violência patrimonial.....	511
17.4	(In)constitucionalidade da Lei Maria da Penha.....	512
17.5	Teses do STJ a partir de seus julgados	516
17.6	Resumo	523
	Filmografia	523
Capítulo 18 – FAMÍLIAS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO		525
18.1	Famílias globalizadas.....	525
18.2	Efeitos e eficácia do divórcio de estrangeiro no Brasil	527
18.3	Homologação de sentença estrangeira	528
	18.3.1 Divórcio no consulado brasileiro	529
18.4	Problemas e questões do multiculturalismo: poligamia <i>versus</i> monogamia; registro de casamento e divórcio de casais homoafetivos	530
18.5	Sequestro internacional de crianças; autoridade central	532

18.6	Alimentos no plano internacional	534
18.7	As Convenções Internacionais de Direito de Família e crianças e adolescentes	536
18.8	Resumo.....	538
	Filmografia	539
BIBLIOGRAFIA		541